FIESP DEPARTAMENTO SINDICAL
InformeDESIN

Boletim 1142/2017 – Ano IX – 30/01/2017

Valor ONLINE

Ritmo de venda de janeiro adia sonho da retomada

Por Marli Olmos

O aumento no ritmo de produção de veículos nos dois últimos meses de 2016 deu um alento a especialistas que analisam essa indústria. Parecia que, depois de três anos de crise, o setor voltava a respirar. Mas as vendas no mercado interno nos primeiros dias de janeiro esfriaram os ânimos. O volume de emplacamentos até o dia 26 ficou 3,6% menor do que em igual número de dias de um ano atrás, um dos piores meses da história recente do setor. E a média diária ficou 13,7% abaixo em igual período, segundo dados do setor. Mesmo assim, a Anfavea, a associação dos fabricantes, comemora o fato de 2017 ter começado num cenário macroeconômico melhor do que 2016, o que a leva projetar um primeiro trimestre de estabilidade. Mas o sonho do início da recuperação ficou para a segunda metade do ano.

O surpreendente crescimento da produção de veículos em dezembro, de 40,6% em relação ao mesmo mês de 2015, que provocou impacto até em medições da atividade industrial do país, ocorreu por vários motivos. Primeiro, produziuse mais para ajustar estoques nas revendas a níveis que essa indústria considera aceitáveis. Nem em tempos de crise o espírito de competição entre marcas permite a falta de algum modelo nas lojas.

Além disso, uma das grandes montadoras, a Volkswagen, retomou o ritmo normal depois de meses afetada pela falta de peças provocada por desentendimentos com um fornecedor. Dezembro é também propício para desovar estoques dos modelos do ano. É quando entram negociações com grandes frotistas, como locadoras de veículos.

Segundo a diretorageral da Peugeot, Ana Theresa Borsari, no último mês do ano mais de 30% dos veículos vendidos em todo o país foram adquiridos por pessoas jurídicas. A média, em geral, gira em torno de 20%. Isso elevou a média diária de licenciamentos de 8 mil para mais de 9 mil veículos em dezembro. Em janeiro de 2016 a média foi de 7,4 mil e neste janeiro caiu para 6,3 mil. "A crise é mais profunda do que imaginávamos", afirma a executiva.

Para os dirigentes do setor, o consumidor em geral continua distante das lojas de carros novos porque as famílias continuam endividadas, a renda está mais apertada e o crédito mais distante. Nos bastidores, executivos de vendas queixamse do fato de os bancos

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

estarem excessivamente seletivos. Mas a inadimplência justifica a cautela, segundo o presidente da Anef, a associação que representa os bancos das montadoras, Gilson Carvalho. Na virada do ano, 4,7% dos clientes pessoa física mantinham dívidas com essas instituições. Há dois anos o percentual de inadimplentes era de 3,9%.

O mercado interno é o que guia essa indústria, já que quase 80% dos veículos que saem das linhas de montagem ficam no próprio país. Por isso, o quadro na indústria permanece inalterado: fábricas de carros e de autopeças operam com mais de 50% de ociosidade, e as de caminhões e ônibus, com 75%. Mais de 7 mil empregados continuam afastados em sistema de "layoff" ou PPE e muitas empresas continuam dando folga aos operários às sextasfeiras. Caso da Ford em São Bernardo do Campo (SP), onde parte dos trabalhadores se reveza nas linhas de carros e caminhões para ocupar o tempo.

"Assistimos a uma tendência de redução da indústria desde 2013", afirma o vicepresidente da Ford na América do Sul, Rogelio Golfarb. "Fechamos o ano com tendência de contração e começamos 2107 igual; não há sinais de inflexão dessa tendência", destaca.

Para alguns, ouvir o telefone tocar já anima. O vicepresidente de vendas da Mercedes-Benz, Roberto Leoncini, diz sentir que "o ambiente de negócios" começa a voltar, talvez estimulado pela boa safra, que já se refletiu nas vendas da indústria de máquinas agrícolas. As empresas de transporte menores são as que começaram a ligar para fazer consultas de preços. Já nas grandes boa parte da frota continua encostada.

O mercado externo surge como um alento. A Mercedes foi buscar no Oriente Médio clientes interessados no Accelo, um caminhão inicialmente projetado para estradas brasileiras. "Estamos com a pastinha embaixo do braço", diz Leoncini. Também a Ford iniciará hoje o terceiro turno de produção de carros em Camaçari (BA) para atender a um aumento de demanda da Argentina. O volume de veículos exportados cresceu 24,7% em 2016 e as previsões dos fabricantes indicam um avanço de pelo menos mais 7% este ano.

"O mercado externo está melhor, mas não é suficiente para neutralizar a queda da demanda interna", afirma Golfarb. "É preciso olhar os números friamente e tirar um pouco das ilusões provocadas pela bolha do fim do ano", destaca o executivo.

Em três anos, a produção de veículos no país encolheu 42%. Mas, se de um lado a indústria automobilística ainda não tem números positivos para mostrar, a estrutura macroeconômica do país a ajuda a embalar esperanças de que a recuperação está a caminho.

Apesar das vendas fracas em janeiro, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, mostra otimismo em relação ao futuro. "Apostamos numa estabilização no primeiro trimestre com

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

viés de crescimento", diz. "Vivemos três anos de queda; a recuperação não se conquista da noite para o dia".

Para Megale, o governo tem conseguido organizar a economia. Ele aponta a aprovação da PEC do teto dos gastos e a expectativa em torno das reformas da Previdência e trabalhista. "São fatores que nos permitem olhar o futuro com otimismo e prever que a partir de uma relativa estabilidade o consumidor começará a se sentir confortável para comprar bens duráveis.

No segmento de veículos comerciais, o diretor comercial do Banco MercedesBenz, Diego Marin, aponta a expectativa em torno de regulamentação de mudanças no Finame, a principal linha de financiamento de caminhões, que ampliou o universo de empresas com acesso aos planos com taxas mais baixas.

A fraca demanda não permite repassar aumentos de custos, como o aço, que subiu recentemente.

Segundo Klaus Curt, presidente da Anip, entidade que representa os fabricantes de pneus, não houve repasse da alíquota do Imposto de Importação da borracha natural em outubro e a entidade tenta convencer o governo a revogar a medida sob o argumento de que a produção nacional atende só 36% da necessidade.

As montadoras oferecem financiamento subsidiado como chamariz. Há várias promoções com taxa zero de juros. Mas nem isso tem ajudado. "As famílias estão com dívidas de dois anos atrás, uma época em que se vendiam sonhos", afirma o gerente de vendas da Citroën, Edgard Alexandrino.

Indústria é termômetro importante da economia

Por Tainara Machado

O aumento da produção de automóveis em novembro e dezembro, mesmo que a partir de uma base muito deprimida, somase a outros indicadores que têm mostrado desempenho um pouco mais positivo nos últimos meses, depois da forte decepção com a atividade no terceiro trimestre.

Como a indústria automobilística tem uma cadeia longa, seu desempenho costuma ser essencial para ditar o ritmo de recuperação do setor manufatureiro como um todo.

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Com indícios melhores, o último bimestre do ano fez crescer o debate entre economistas sobre se esse seria um sinal de que enfim a recessão estaria perto do fim.

Ao comentar o resultado da produção industrial de novembro, Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), afirmou que a alta da fabricação de veículos foi efeito principalmente da liberalização do câmbio na Argentina, que impulsionou o fluxo de automóveis para aquele país.

"Isso ajuda a diminuir a ociosidade, mas não é suficiente para resolver o problema", já que a maior parte da produção fica no mercado doméstico.

Para Francisco Lopes, diretor da Macrométrica, mesmo que o mercado interno ainda não dê muitos sinais de recuperação, o aumento da produção na indústria automobilística tem efeitos importantes.

"Quando um setor como esse produz mais, gera renda, o que incentiva a demanda em outros segmentos, em um processo multiplicador que é característico dos ciclos econômicos".

A LCA Consultores afirma, em relatório, que outros indicadores também parecem consolidar perspectivas mais favoráveis para a economia brasileira em 2017.

O riscoBrasil permanece abaixo de 300 pontos, a taxa de câmbio está se valorizando e as ações estão em alta. Além disso, dados dessazonalizados pelo Banco Central mostram que a expedição de papel ondulado cresceu 3% entre novembro e dezembro, enquanto o tráfego de veículos em rodovias pedagiadas aumentou 4,8% no mesmo período. São dois indicadores monitorados com atenção pelo governo.

A percepção sobre a inflação entre os consumidores também cedeu, enquanto a confiança das famílias e dos empresários voltou a subir.

Embora o dado tenha que ser visto com cautela, a boa notícia é que agora a avaliação sobre a situação corrente também está melhorando, e não só a percepção sobre o futuro.

No caso dos consumidores, subiram tanto o índice sobre situação atual (2,9%) quanto sobre expectativas (8,3%). (Colaborou Camilla Veras Mota)

(Fonte: Valor Econômico dia 30/01/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

DCI www.dci.com.br

Desemprego em São Paulo tem leve recuo, mas segue alto

São Paulo - A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo (RMSP) registrou ligeiro declínio ao passar de 17,5% em setembro, para 17,2% em outubro, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) feita pela Fundação Seade e pelo Dieese.

Conforme o dados do estudo, que foi divulgado ontem, em outubro de 2015, o índice estava em 14,3%.

O nível de ocupação melhorou porque a abertura de vagas foi maior que o avanço da População Economicamente Ativa (PEA). Foram gerados 111 mil postos de trabalho (1,2% do total), ritmo superior ao do crescimento da PEA, de 0,9%, equivalente a cerca de 95 mil pessoas que se incorporaram ao mercado de trabalho.

Segundo o economista e coordenador da pesquisa, Alexandre Loloian, desde setembro de 2011, quando o aumento da geração de emprego foi estimado em 1,1%, a ocupação não atingia o nível atual. Apesar da melhora, o especialista ressalta que, na comparação de períodos acumulados em 12 meses, desde novembro de 2014 a pesquisa tem registrado taxas negativas.

"O resultado de outubro é uma boa notícia, mas não permite que se nutra a ilusão de uma melhora a partir desse dado. É um mês em que normalmente a quantidade de postos de trabalho aumenta por conta do movimento de final de ano, mas, como o resultado dos meses anteriores estava muito baixo, qualquer recomposição gera um aumento expressivo."

O contingente de desempregados em setembro foi estimado em 1,910 milhão de pessoas, 16 mil a menos que no mês anterior.

O desemprego aberto - pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias - variou de 14,4% para 14,3%. O desemprego oculto - pessoas que não têm trabalho nem procuraram nos últimos 30 dias ou realizaram alguma atividade informal até a data da pesquisa - caiu para 2,9% ante 3,1%.

Os jovens com idade entre 16 e 24 anos continuam sendo maioria entre o contingente de desempregados na RMSP. O resultado dessa faixa em outubro manteve relativa

estabilidade sobre setembro, ao passar para 35,9% ante 36%. Na comparação com outubro de 2015, porém, a alta no desemprego entre os jovens chega a 23,8%.

Isoladamente, o Grande ABC segue em tendência de queda no desemprego, ao passar de 16,0% em setembro para 15,5% em outubro. Conforme Loloian, essa redução aconteceu em decorrência do aumento das vagas no comércio e no setor de serviços em movimento típico de final de ano.

Elaine Coutrin

Emprego ainda vai encolher este ano

Após perda de mais de um milhão de vagas em dois anos, construtoras vão continuar adequando quadro de funcionários, ainda que em escala menor

São Paulo - A eliminação de mais de um milhão de postos de trabalho na construção civil nos últimos dois anos ainda não foi o bastante para equilibrar a mão de obra com a demanda das empresas. Apesar da perspectiva de que a redução de vagas tenha menos força que no ano passado, as empresas seguirão adequando o quadro de funcionários em 2017.

"O mercado de trabalho continuará eliminando vagas na construção este ano, mas em um ritmo muito mais lento", disse o presidente da ConstruCerto e conselheiro do Sindicato da Construção Civil do Espírito Santo (SindusconES), Sérgio Ramielli.

Para exemplificar esse movimento, o executivo conta que precisou cortar nove pessoas em 2016, após o corte de outras seis pessoas em 2015. "Mesmo que eu quisesse demitir mais gente, não daria. Isso está acontecendo em quase todas as empresas de porte médio", comentou.

Quando questionado sobre qual tipo de medida do governo federal poderia estimular a contratação de funcionários, o executivo foi enfático: o trabalho intermitente.

"Se aparecesse hoje um contrato para uma grande obra com começo imediato eu não teria mão de obra disponível. Contratar é burocrático, caro e demorado, o que me faria perder o negócio", lamenta ele, dizendo que muitas empresas, para não perder dinheiro, acabam optando pelo trabalho informal. "Esse é o tipo de acordo que sai mais caro. Os pedreiros muitas vezes deixam de trabalhar no meio da obra, ou não se comprometem com prazos",

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

completou. Para resolver esse problema, Ramielle garante que contratos flexíveis, por períodos menores e com garantias para os dois lados seria muito bem vindo na empresa dele. "Com esse tipo de medida voltaríamos a pensar em contratar. Hoje eu ainda estou receoso."

Mercado

A percepção do executivo vem em linha com a apresentada no Índice de Confiança da Construção (ICST), da Fundação Getulio Vargas, divulgado na última sexta-feira (27). De acordo com o indicador, a confiança do empresário do setor avançou 2,5 pontos m janeiro de 2017, atingindo 74,5 pontos, o maior nível desde junho de 2015 (76,2 pontos). Segundo a Coordenadora de Projetos da Construção da FGV/IBRE, Ana Maria Castelo, esse leve ânimo do setor resultado em uma percepção melhor sobre a intenção de contratação. Entre dezembro e janeiro, a proporção de empresas prevendo reduzir o quadro de pessoal passou de 41,4% para 32,7%, enquanto a parcela das que planejam contratar subiu de 10,2% para 14,0%. Ainda longe de representar uma retomada de contratações, o resultado parece sinalizar ao menos uma desaceleração no ritmo de demissões. "2016 foi especialmente ruim para o emprego na construção, que registrou a diminuição de mais de 358 mil postos de trabalho", comenta. De acordo com ela, o fim do ciclo recessivo do setor ainda está incerto, já que a confiança se apoia em expectativa, e não em situação atual das construtoras. "Hoje carteira de contratos das empresas está em patamares muito baixos."

Paula Cristina

Jovens são os mais afetados pelo desemprego no ABC

A taxa na faixa etária de 16 a 24 anos chegou a 33,3%, a maior da série histórica iniciada em 1998; cenário de crise econômica aumentou competição por vagas

São Paulo - Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da região do Grande ABC mostram que a crise econômica impactou fortemente o mercado de trabalho, sendo a população jovem (16-24 anos) a mais afetada, com taxa de desemprego em 33,3%, a maior da séria histórica desde 1998. De acordo com o professor e coordenador do Observatório Econômico da Universidade Metodista de São Paulo, Sandro Maskio, a taxa de desemprego entre a população mais jovem costuma ser mais elevada em todos os países. Mas ele avalia que o atual momento econômico do País tem ajudado a impulsionar ainda mais o índice. "Se antes apenas uma pessoa da família trabalhava, agora o cenário econômico obriga os outros integrantes a buscarem um emprego para conseguir honrar os

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

compromissos da família", diz. Maskio explica que a consequência disto é o aumento da população economicamente ativa em busca de emprego, o que pode ser um dos principais entraves para a contratação de jovens no mercado de trabalho.

De acordo com a pesquisa, em 2016 foram eliminados 46 mil postos de trabalho. Associado a isto houve um acréscimo na População Economicamente Ativa (PEA) de 9 mil pessoas dispostas a integrar a força de trabalho da região. Atualmente, o total de desempregados no Grande ABC é estimado em 230 mil, com 1,408 milhão de pessoas na PEA e 1,178 milhão empregadas. "Os jovens enfrentam mais dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho por uma série de fatores, entre eles a falta de experiência. Agora além de concorrer com jovens, ele também concorre com adultos experientes, na faixa de 30 a 40 anos, que voltaram ao mercado de trabalho para garantir uma renda extra para a família", observa.

Embora os jovens sejam uma mão de obra mais barata, o que poderia oferecer uma vantagem competitiva frente aos adultos, "o cenário econômico tem forçado muitos adultos a trabalharem por um salário mais baixo ou mesmo equivalente ao dos jovens. Em meio a esta situação, o contratante decide pelo mais experiente", conclui o professor. Embora a taxa de desemprego entre os jovens tenha sido a mais alta da série histórica, as taxas de desemprego das faixas etárias superiores foram as que mais cresceram entre 2015 e 2016.

Setores afetados

A taxa de desemprego da região do ABC aumentou de 12,5% para 16,3% entre 2015 e 2016, afetando, em especial, a Indústria de Transformação e o segmento de Serviços. Na Indústria de Transformação foram eliminados 25 mil postos de trabalho, sendo 20 mil destes postos no segmento Metal-Mecânica. No setor de Serviços, que responde por 54,4% do total de ocupados da região, foram eliminados 8 mil postos de trabalho. Segundo Maskio, desde 2014 o setor industrial do ABC vem sofrendo do ponto de vista de produção industrial, afetando também o emprego na região.

O professor observa que os números deste ano já representam, pelo menos, uma estagnação no aumento do desemprego. Em novembro a taxa de desemprego passou de 16% para 15,5% em dezembro. "Ao observar os números mês a mês do ano de 2016 podemos verificar que a taxa de desemprego foi caindo. Isto não representa recuperação da economia, porque os índices de emprego são os últimos a indicarem essa melhoria, mas pode indicar uma estabilização do cenário econômico", diz.

Luana Meneghetti

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

União deve emitir carteira de menor de 16 anos que trabalha

São Paulo - A União terá que emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para trabalhadores menores de 16 anos flagrados na condição de empregados e sem contrato de aprendizagem em todo o País.

A decisão foi da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que negou provimento a agravo de instrumento da União contra julgamento da Justiça do Trabalho do Espírito Santo.

O juízo atende ao pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT), em ação civil pública ajuizada depois que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se recusou a emitir a carteira de trabalho para um adolescente de 15 anos contratado irregularmente por uma microempresa. O indeferimento baseou-se no artigo da Constituição Federal, que proíbe o trabalho a jovens com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Segundo o governo federal, a entrega da CTPS seria um incentivo para o menor continuar no mercado de trabalho.Mas na visão do Ministério Público a formalização asseguraria os seus direitos.

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) julgaram procedente o pedido do MPT. A União recorreu ao TST argumentando com o risco de o fornecimento do documento ser interpretado como uma autorização para o serviço proibido. Também indicou a possibilidade de expedir a carteira quando o trabalhador alcançasse a idade prevista na Constituição, com efeitos retroativos, de forma a não causar prejuízo ao menor. Como o Regional negou seguimento ao recurso de revista, a União interpôs o agravo.

Relator do processo no TST, o ministro Douglas Alencar Rodrigues manteve a conclusão da instância ordinária. Ele afirmou que, nos casos de trabalho do menor de 16 anos em desacordo com a Constituição Federal, é necessário cessar de imediato a situação e garantir ao adolescente todos os direitos devidos a um trabalhador regular, sob a pena de premiar o empregador que cometeu a irregularidade. "Não se pode compreender o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição de forma contrária aos interesses daqueles a quem buscou preservar, beneficiando o contratante transgressor, inclusive com a dispensa das obrigações de cunho trabalhista, previdenciário e fiscal", disse.
A decisão deve ser cumprida em todo o território nacional.

Da redação

(Fonte: DCI dia 30/01/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

ESTADÃO.COM.BR

Ideologia no MP do Trabalho

MPT apresenta, como se estivesse cumprindo suas competências institucionais, um parecer de conteúdo essencialmente político, como se fosse uma entidade de classe

O Estado de S.Paulo

O recente estudo do Ministério Público do Trabalho (MPT), que afirma ser inconstitucional a reforma trabalhista defendida pelo governo federal, é uma clara demonstração de que não basta mudar a legislação trabalhista. Além de atualizar as normas jurídicas, é preciso rever o modo como habitualmente se interpretam as leis trabalhistas no País.

O viés ideológico é tão descarado que o MPT – órgão pertencente ao Ministério Público da União – apresenta, como se estivesse cumprindo suas competências institucionais, um parecer de conteúdo essencialmente político, como se fosse uma entidade de classe.

Segundo os procuradores do MPT, “as alterações (atualmente em debate no Congresso) contrariam a Constituição Federal e as convenções internacionais firmadas pelo Brasil, geram insegurança jurídica, têm impacto negativo na geração de empregos e fragilizam o mercado interno”.

Ao final, pedem a rejeição por completo do Projeto de Lei (PL) 6.787/2016, que, entre outras propostas, estabelece a prevalência do negociado sobre o legislado, e do Projeto de Lei do Senado 218/2016, que institui o chamado contrato de trabalho intermitente, com carga horária flexível.

Os procuradores também sugerem alterações na redação do PL 30/2015, que trata dos contratos de terceirização e das relações de trabalho daí decorrentes, e do PL 4.302-C/1998, que dispõe, entre outras matérias, sobre contratos temporários de trabalho.

Na opinião do MPT, a Constituição de 1988 impediria que alguma nova lei dê mais liberdade de negociação ao trabalhador do que a atualmente prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também acha que a proibição da terceirização da chamada atividade-fim deve ser um dogma jurídico, não cabendo ao Congresso Nacional promover alterações nesse âmbito.

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

É uma visão, no mínimo, peculiar, que aprisiona o ordenamento jurídico a uma determinada época, impedindo que o Direito cumpra sua função de regular adequadamente as relações sociais no tempo presente.

A atuação política do MPT não se resume ao estudo contrário às reformas trabalhistas. No mesmo dia em que apresentaram o parecer, procuradores reuniram-se com algumas centrais sindicais, associações e entidades – entre elas a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) – para a assinatura da chamada <CF742>Carta em defesa dos direitos sociais</CF> e a criação do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social, com o objetivo de "promover a articulação social em torno das propostas legislativas sobre a reforma trabalhista".

Segundo o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, "o intuito não é qualquer atuação político-partidária, mas, sim, a atuação da defesa dos direitos sociais e a atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores". Aí está justamente o perigo. Tão impregnada de uma determinada ideologia política, a Justiça do Trabalho parece incapaz de perceber que sua atuação extrapola com folga a esfera jurídica e se aloja num âmbito que deveria estar reservado à política.

Com essa limitação ideológica, os procuradores do Trabalho não conseguem vislumbrar o manifesto desajuste no modo como o Estado regula as relações de trabalho e o entrave daí decorrente ao desenvolvimento econômico e social do País. Trata-se de um equívoco partir do pressuposto de que todo trabalhador é vítima indefesa do capital e, portanto, seus direitos necessitariam de uma forte intervenção do Estado.

Tal raciocínio – amplamente difundido na Justiça do Trabalho – não é jurídico. É simples manifestação de uma determinada ideologia, que, por sinal, se ajusta com perfeição aos interesses corporativistas da Justiça do Trabalho, com a intransigente – e muitas vezes irracional – defesa de sua relevância e necessidade.

O País não pode ficar refém desse tipo de mentalidade. Além de não proteger o cidadão, o paternalismo da Justiça do Trabalho implodiu qualquer segurança jurídica e estimulou a indústria de reclamações trabalhistas. É mais que hora de rever as leis e o modo como elas são interpretadas.

(Fonte: Estado de SP dia 30/01/2017)